

Novas medidas até o final de março

JOCIMAR NASTARI

O governo tomará medidas que tentarão reconduzir a economia ao equilíbrio até o final de março próximo, no máximo. Com uma intensidade que variará de um novo choque — contudo, mais limitado do que o Plano Cruzado I, até medidas graduais — o novo “pacote” é considerado inevitável pela área técnica do Ministério da Fazenda. Tanto, que nesta semana que termina foram aceleradas as discussões sobre os próximos passos da área econômica do governo.

No momento a área técnica do Ministério da Fazenda trabalha na análise de alguns cenários para a economia brasileira em 1987, partindo de pontos como o realinhamento dos preços e seus efeitos sobre a inflação e salários e a crise cambial gerada pelo desequilíbrio da balança comercial. Os estudos estarão consolidados, na opinião da área técnica da Fazenda, até o final da primeira quinzena do próximo mês.

Nesta época, o índice de inflação de fevereiro será fechado e o de março delineado. Portanto, se terá condições de prever quantas vezes o gatilho salarial disparará ainda e a extensão do seu efeito realimentador da inflação. Ao mesmo tempo, estará mais claro e quantificado o nível de desaquecimento da economia e se este já não será um indicador de uma recessão que se instalará.

Atualmente, os estudos projetam uma taxa de inflação em fevereiro que poderá superar os 20%, que cairá para algo em torno de 10% em março, e para um intervalo entre 5% e 8% a partir de abril. Neste cenário, o gatilho salarial será disparado duas vezes para quase todas as categorias profissionais apenas com a inflação de março. A essa altura o efeito de realimentação inflacionária do mecanismo estará mais do que comprovado.

Os técnicos do Ministério da Fazenda definem este momento como crucial, onde os agentes econômicos estarão conscientizados que o risco de um **big bang** inflacionário será inevitável. Com esta perspectiva, o governo poderá tentar lançar de novo a idéia do pacto social, onde trabalhadores e empresários concordassem numa trégua de no mínimo 90 dias, onde salários e preços ficariam congelados.

Durante a trégua discutia-se a questão do gatilho salarial. Ele poderia, na opinião dos técnicos da Fazenda, permanecer, mas com um nível de disparo ampliado, compatível com uma inflação superior aos 50% ao ano. Os 20% que hoje disparam o gatilho são cabíveis até que haja limite inflacionário, poderam.

Ao final da trégua seria iniciado o processo de realinhamento de pre-

ços e salários com a vantagem de não ter a violência do que se está presenciando, após quase um ano de congelamento. A economia entraria num processo de relativa estabilidade que permitiria o crescimento em torno de 5% em 1987. Na hipótese da trégua não ser acertada, o governo teria de agir.

Os técnicos admitem que a aplicação de um “choquinho” heterodoxo ficaria mais difícil, já que o clima político e social não será favorável. O congelamento via decreto-lei seria difícil de “emplacar”, mesmo que negociado politicamente com o PMDB e o PFL, partidos que dão sustentação ao governo.

Mas, ao mesmo tempo, o governo esgotaria seu limite máximo de resistência e teria de tomar a ofensiva. Neste momento, caberia ao presidente José Sarney decidir se politicamente compensará tomar a medida de lançar um novo choque. Se não for, os técnicos da Fazenda acham que pelo menos o nível de disparo do gatilho terá de ser ampliado. Isso diminuiria muito a pressão inflacionária, abrindo espaço para o governo administrar a crise econômica com o risco de hiperinflação amortecido.

Dívida

Independentemente dos desdobramentos que poderão ser gerados por estas possibilidades quando efetivadas, a área técnica da Fazenda adotou como ponto fundamental, que as remessas de recursos a título de serviço da dívida externa precisarão diminuir neste ano. Caso contrário, a economia brasileira será levada à encruzilhada de ter de adotar medidas recessivas, ou romper com os banqueiros internacionais.

As remessas de juros da dívida terão de diminuir, no mínimo para o patamar do superávit da balança comercial projetado para este ano, algo entre US\$ 8,5 e US\$ 9 bilhões. Isto permitiria ao País manter suas reservas cambiais em limites aceitáveis, sem que houvesse necessidade de uma centralização do câmbio ou uma maxidesvalorização do cruzado frente ao dólar, por incentivar as exportações.

Um maxi, neste ano, seria a “pá de cal” sobre o que restou dos ideais do Plano Cruzado, advertem os técnicos da Fazenda. Com ela viria a aceleração inevitável da inflação com o risco de uma recessão quase virando realidade. A área técnica da Fazenda defende que a redução das remessas de recursos ao Exterior deverá acontecer de qualquer maneira, com ou sem acordo com os bancos credores. (Brasília/Agência Estado)